

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

Prezados Acionistas,

A Administração da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“AES Eletropaulo” ou “Companhia”), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração e as demonstrações contábeis da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

PERFIL

A AES Eletropaulo é uma companhia de capital aberto com ações listadas na BM&FBovespa, responsável pelo fornecimento de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana de São Paulo, incluindo a capital paulista, um dos principais centros econômico-financeiros do país. A Companhia detém uma área de concessão de 4.526 km², com alta densidade demográfica e que concentra o maior PIB do Brasil.

Para atender à demanda de aproximadamente 7 milhões de unidades consumidoras, a AES Eletropaulo, que conta com 7.280 colaboradores próprios, dispõe de uma estrutura formada por 152 subestações (sendo 140 estações transformadoras de distribuição, 8 estações do sistema de distribuição e 4 estações transformadoras subterrâneas de distribuição) e uma malha de distribuição e subtransmissão, cabos aéreos e subterrâneos, de mais de 43 mil quilômetros, dos quais 1.843 km são linhas de subtransmissão, 2.221 km são redes de distribuição subterrâneas e 39.568 km referem-se a redes de distribuição aérea. A Companhia também possui mais de 208 mil transformadores de distribuição aéreos e subterrâneos.

Planejamento Estratégico Sustentável

A estratégia da AES Brasil, grupo do qual a AES Eletropaulo faz parte, está orientada por uma nova missão e visão, revisadas para o ciclo 2017-2021. A Companhia tem como missão promover o bem-estar e o desenvolvimento com o fornecimento seguro, sustentável e confiável de soluções de energia e sua visão é ter o reconhecimento de seus clientes e acionistas como principal parceiro de soluções inovadoras de energia de forma segura, sustentável, confiável e acessível. Promover inovação, garantir a eficiência operacional, ampliar opções e reduzir riscos são os quatro direcionadores estratégicos definidos pela Companhia para atingir seus objetivos.

CONTEXTO SETORIAL

O setor elétrico brasileiro é regulado pela Agência Reguladora de Energia Elétrica (“ANEEL”), tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia (“MME”) e conta com a participação dos seguintes agentes institucionais: o Operador Nacional do Sistema (“ONS”), que tem a atribuição de coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado Nacional (“SIN”); a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), que é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo e, sob delegação da ANEEL, realiza os leilões de energia elétrica; e a Empresa de Pesquisa Energética (“EPE”), que desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor.

Elaborado com o objetivo de assegurar o fornecimento de energia elétrica e a modicidade tarifária, o marco deste modelo setorial foi a promulgação da Lei nº. 10.848/2004, que dispõe sobre a atuação dos agentes dos segmentos de geração, distribuição, transmissão e comercialização.

Tarifas

As tarifas de fornecimento de energia elétrica são reajustadas anualmente a partir de uma fórmula paramétrica prevista no contrato de concessão. Essa fórmula considera o repasse dos chamados custos “não gerenciáveis” pela ANEEL (Parcela A - encargos setoriais, custos de compra de energia para revenda e custos de transmissão) e corrige os “custos gerenciáveis” da concessionária (Parcela B - despesas operacionais, remuneração dos ativos e depreciação) pelo IGP-M dos 12 meses anteriores à data-base do seu reajuste, deduzidos de um índice de ganho de produtividade, denominado “Fator X”.

No caso da AES Eletropaulo, a revisão tarifária ocorre a cada quatro anos, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro estabelecido no contrato de concessão. Dentre os principais pontos que são considerados pela ANEEL na metodologia de revisão tarifária estão a avaliação da base de ativos, as despesas operacionais, as perdas regulatórias, a depreciação repassada às tarifas e o custo médio de capital (“WACC”) que, aplicado sobre a base de ativos, determina a remuneração da Companhia. A quinta revisão tarifária terá como data-base julho de 2019.

Reajuste Tarifário Anual

Conforme informado ao mercado por meio de Fato Relevante divulgado em 28 de junho de 2016, a ANEEL, em Reunião Pública de Diretoria realizada nesta mesma data, homologou o resultado do reajuste tarifário de anual de 2016.

A ANEEL aprovou um índice de reajuste tarifário à Companhia de -1,29%, composto por reajuste econômico de -3,48% e financeiro de +2,19%, resultando em um efeito médio de -8,10% a ser percebido pelos consumidores.

A Parcela A foi reajustada em -6,87%, representando -5,61% no reajuste econômico, afetado principalmente pela compra de energia (-3,88%) e encargos setoriais (-1,73%).

A Parcela B foi reajustada em +11,58%, representando uma participação de +2,13% no reajuste econômico. Tal reajuste é composto pelo IGP-M de 11,42% no período de 12 meses findos em junho de 2016 acrescido pelo Fator X de 0,16%. Este último é composto pelos ganhos de produtividade de 1,13% e do componente de trajetória de custos operacionais de -2,37%, previamente definidos na 4RTP, além do componente de qualidade de serviço de 1,08%.

O índice de reajuste tarifário foi de -8,10% (efeito médio a ser percebido pelo consumidor) aplicado em sua tarifa a partir de 4 de julho de 2016, sendo composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário		
Parcela A	Encargos Setoriais	-1,73%
	Energia Comprada	-3,88%
	Encargos de Transmissão	0,01%
	Parcela A	-5,61%
Parcela B		2,13%
Reajuste Econômico		-3,48%
CVA Total		7,47%
Outros Itens Financeiros da Parcela A		-5,28%
Reajuste Financeiro		2,19%
Reajuste Total		-1,29%
Componentes Financeiros do Processo Anterior		6,81%
Efeito para o Consumidor		-8,10%

Tarifa Branca

A ANEEL, em Reunião Pública de Diretoria realizada no dia 6 de setembro de 2016, aprovou a aplicação da nova Tarifa Branca a partir de 2018.

A Tarifa Branca é uma nova opção de tarifa que sinaliza aos consumidores a variação do valor da energia conforme o dia e o horário do consumo. Ela será oferecida para as unidades consumidoras que são atendidas em baixa tensão (abaixo de 2.300 volts, denominadas como grupo B) e para aquelas pertencentes ao grupo “ A”, optantes pela tarifa de baixa tensão. A partir do dia 1 de janeiro de 2018, todas as distribuidoras do país deverão atender aos pedidos de adesão à Tarifa Branca das novas ligações e dos consumidores com média mensal superior a 500 kWh. Em 2019,

unidades com consumo médio superior a 250 kWh/mês e, em 2020, para os consumidores de baixa tensão, qualquer que seja o consumo.

Os consumidores que decidirem aderir ao programa de Tarifa Branca terão a possibilidade de pagar diferentes valores na tarifa em função da hora e dia que consumirem energia elétrica. Neste caso, o consumo de energia dentro do horário fora de ponta ficará mais barato enquanto o consumo dentro dos horários intermediário e ponta ficarão mais caros. O consumidor que conseguir alocar seu maior consumo em horário fora de ponta, conseguirá se beneficiar desta nova tarifa.

A AES Eletropaulo ainda está avaliando os impactos da implementação desta nova regulamentação da ANEEL assim como temas relevantes sobre o assunto, como investimentos em novos medidores e baixa do imobilizado, haja vista que as distribuidoras serão responsáveis pelos custos de aquisição e instalação dos equipamentos de medição necessários ao faturamento da tarifa branca. Esses e outros tópicos serão tratados com o regulador de forma a não impactar negativamente a remuneração das distribuidoras.

Bandeiras Tarifárias

O ano de 2015 foi marcado por dois eventos tarifários extraordinários publicados pela Aneel com o objetivo de estabelecer o equilíbrio econômico-financeiro das concessões e precificar de forma correta a geração de energia garantindo a segurança energética e o realismo tarifário: uma Revisão Tarifária Extraordinária (“RTE”) em março e a implementação das Bandeiras Tarifárias em janeiro, que sofreu uma revisão da metodologia em março e novamente em agosto.











Com o reajuste tarifário extraordinário, a Aneel cobriu diversos itens de Parcela A. Os demais custos que não foram cobertos pela RTE foram endereçados para a Bandeira Tarifária. Assim, nos meses de janeiro e fevereiro de 2015, os valores adicionados foram referentes às tarifas de energia pelas bandeiras amarelas e vermelhas, respectivamente.

Em agosto de 2015, a Aneel aprovou em reunião extraordinária, a redução do valor da Bandeira Tarifária Vermelha, que vigorou de setembro a dezembro do ano passado em função do menor custo de aquisição de energia, e na expectativa de que usinas térmicas com CVU maiores que 600/MWh não voltassem a ser despachadas em 2015.

No dia 26 de janeiro de 2016, a ANEEL revisou os valores das Bandeiras Tarifária Vermelha e Amarela, que passaram a vigorar a partir do dia 1 de fevereiro de 2016. A Bandeira Tarifária Vermelha então passou a ter dois patamares a depender do preço da geração térmica.

A melhora no cenário hidrológico e redução no despacho térmico foram fatores preponderantes para a redução das Bandeiras Tarifárias ao longo de 2016. O ano iniciou com Bandeira Tarifária Vermelha (Patamar 2), mas em março de 2016 foi reduzida para a Bandeira Tarifária Amarela. A

partir do mês de abril de 2016 até o final do ano, a Bandeira Tarifária foi reduzida de Amarela para Verde, refletindo condições favoráveis da hidrologia e redução do despacho térmico exceto no mês de novembro quando a bandeira foi amarela devido as condições de geração menos favoráveis do mês.

Método vigente desde Mar/15			Método vigente de Set/15 a Dez/15			Método vigente a partir de Fev/16 até Fev/17		
Bandeira	Variação	Tarifa	Bandeira	Variação	Tarifa	Bandeira	Variação	Tarifa
Verde	 n/a	Sem custo	Verde	 n/a	Sem aumento	Verde	 n/a	Sem aumento
Amarelo	 CVU ¹ última usina despachada > R\$200/MWh	Aumento de R\$25/MWh	Amarelo	 CVU última usina despachada > R\$200/MWh	Aumento de R\$25/MWh	Amarelo	 CVU última usina despachada > R\$211/MWh	Aumento de R\$15/MWh
Vermelho	 CVU última usina despachada > PLD Teto (R\$388,48/MWh)	Aumento de R\$55/MWh	Vermelho	 CVU última usina despachada > PLD Teto (R\$388,48/MWh)	Aumento de R\$45/MWh	Vermelho (patamar 1)	 CVU última usina despachada: PLD entre R\$ 422,56 e R\$ 610/MWh	Aumento de R\$30/MWh
						Vermelho (patamar 2)	 CVU última usina despachada > R\$610/MWh	Aumento de R\$45/MWh

1 - Custo de Valor Unitário

Os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelas distribuidoras são revertidos à CCRBT (Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeira Tarifária) administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”). Os recursos disponíveis nesta conta são repassados às distribuidoras considerando (i) os valores efetivamente realizados das variações relativas aos custos de geração e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo; e (ii) a cobertura tarifária vigente de cada distribuidora.

EFICIÊNCIA COMERCIAL

Satisfação do Cliente

No Planejamento Estratégico Sustentável da AES Brasil, um dos compromissos é garantir a satisfação dos clientes.

Em 2016, A AES Eletropaulo atingiu 74,7% no Índice de Satisfação de Qualidade Percebida pelos clientes residenciais - ISQP, nível 1,4 p.p. inferior em relação a 2015. A queda na satisfação de nossos clientes verificada nos últimos anos está diretamente relacionada à percepção sobre a qualidade do fornecimento de energia, que compõe a maior parte da nota da pesquisa realizada pela Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (“Abradee”). Os motivos são relacionados principalmente ao aumento do valor das tarifas e a agravamento da crise econômica que geram maior expectativa em relação a qualidade do serviço de fornecimento, flexibilidade de negociação e entendimento dos itens que compõe a conta de energia.

Indicadores de Qualidade

Os critérios de cálculo do DEC (“Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora”) e FEC (“Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora”), definidos pela Aneel, consideram as interrupções acima de três minutos e, desse resultado, são expurgados os dias com volume atípico de ocorrências.

As transgressões dos limites de DEC e FEC são definidas pela Aneel para a distribuidora e são pagas por intermédio dos indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI, sendo que o ressarcimento ocorre diretamente ao cliente. As metas para estes indicadores são individuais e levam em consideração tanto a característica da instalação do cliente (alta, média ou baixa tensão) como a localização geográfica da instalação.

Conforme previamente comunicado ao mercado e à Aneel, em 2015, com base nos dados e projeções disponíveis naquela ocasião, a AES Eletropaulo registrou uma provisão no valor de R\$ 152,5 milhões referente às inconsistências dos indicadores de qualidade identificadas. No 3T15, o total provisionado foi de R\$ 105,3 milhões.

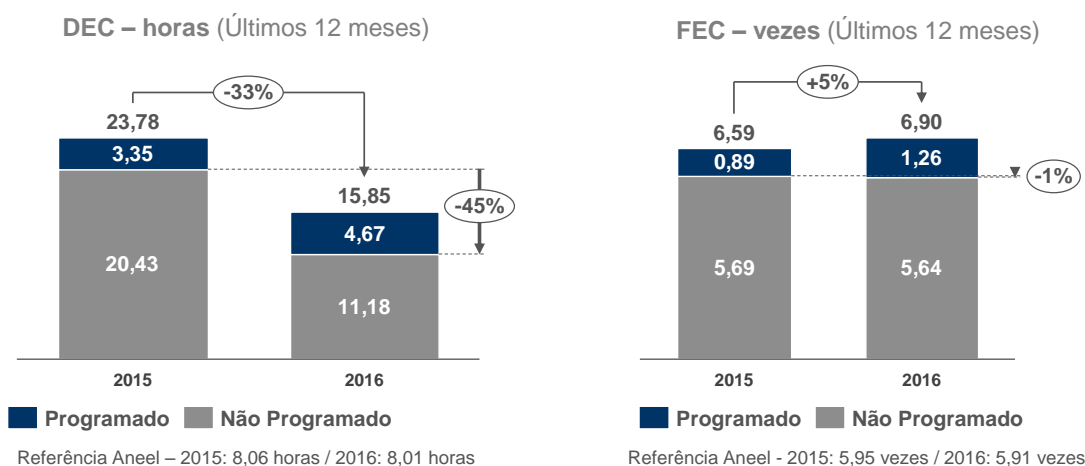
Ao longo de 2016, a Companhia concluiu a revisão dos procedimentos adotados para o período de janeiro de 2011 a maio de 2015 de forma a se certificar sobre a acuracidade dos indicadores de continuidade calculados para os referidos anos. E, em 31 de outubro de 2016, concluiu o reprocessamento dos indicadores operacionais de continuidade.

Com base nessas análises, o impacto total acumulado no resultado da Companhia foi de R\$171,2 milhões, sendo R\$ 152,5 milhões já registrado no ano de 2015. Esse valor é composto por:

- (i) R\$ 55,7 milhões referente componente Xq do Fator X que indexa a tarifa registrada como conta redutora da “Receita Operacional Líquida;
- (ii) R\$ 58,8 milhões referente às compensações aos consumidores em relação aos indicadores de DIC/FIC/DMIC/DICRI;
- (iii) R\$ 35,6 milhões referente a autos de infração, recebidos pela Companhia, acerca dos indicadores de continuidade para os anos de 2013 e 2014; e,
- (iv) R\$ 21,1 milhões referente à atualização monetária relacionada aos itens acima mencionados.

O índice FEC estimado de 2016 foi de 6,90 vezes, um aumento de 5% em comparação ao indicador estimado de 2015, que foi de 6,59 vezes. Esse acréscimo é explicado principalmente pelo significativo investimento em manutenção programada (execução de manutenção preventiva e poda de árvores). Destaca-se a parcela não programada que reduziu em 1% em relação a 2015, fruto das iniciativas da Companhia para a recuperação dos indicadores de qualidade.

O indicador DEC do ano de 2016 foi de 15,85 horas, o que representa uma redução de 33% em relação ao indicador de 2015, uma redução significativa de 7,93 horas de interrupção e ainda, uma redução expressiva de 45% do DEC não programado, que representa 9,25 horas a menos de interrupção emergencial sentida pelo consumidor. A melhora do DEC não programado é obtida através dos resultados das ações do Plano de Recuperação dos Indicadores de Qualidade da Companhia.



A diminuição do DEC ao longo de 2016 versus o ano de 2015 é corroborada pela melhora significativa de 36% da Duração Média das Interrupções (“DM”) devido ao aumento de quantidade de equipes emergenciais, melhoras no processo de despacho de ordens de emergência com implantação de inovações e utilização da melhoria contínua e gestão suportada por ferramentas data *analytics*. Em especial, a redução da DM em 2016 se dá em função das ações tomadas no Plano de Recuperação dos Indicadores de Qualidade, a destacar:

- (i) cumprimento da meta de contratação de colaboradores adicionais.
- (ii) aumento no número de podas realizadas - no acumulado do Plano de Recuperação dos Indicadores de Qualidade foram realizadas 711.720 podas, 26 mil a mais do que o planejado.
- (iii) aumento da automação da rede de distribuição com a instalação de 1.147 religadores automáticos no acumulado do ano de 2016, com 1.069 já em operação.

Relacionamento com Clientes

A principal iniciativa para aprimorar continuamente o relacionamento com os clientes é o JAAT (Jeito AES de Atender). O programa tem como objetivo garantir o padrão de qualidade das interações com os clientes, colocando-os sempre no foco de atuação da Companhia. Uma das principais inovações foi a identificação das cinco Jornadas do Cliente, situações mais comuns que

geram contatos com a AES Eletropaulo, para rastrear todos os pontos de interação e avaliar a satisfação com o atendimento e os serviços. As Jornadas do Cliente são:

- (i) comunicação por falta de energia;
- (ii) dúvidas de faturamento;
- (iii) solicitação de serviços;
- (iv) pedido de indenização por danos a equipamentos (PID);
- (v) dúvidas sobre padrões e normas técnicas.

Pesquisas com clientes são realizadas para avaliar a satisfação com o tempo de atendimento e nível de qualidade das informações prestada, entre outros, após a solicitação de um desses serviços. A partir desse levantamento, mapeamos quais processos devem ser aprimorados por meio da implementação de novos sistemas, procedimentos e capacitações dos colaboradores e contratados.

EFICIÊNCIA OPERACIONAL, ECONOMICA FINANCEIRA

Desempenho Operacional

Balanco energético¹

SUPRIMENTO (GWh)		ENERGIA REQUERIDA 40.118	FATURAMENTO (GWh)	
Itaipu	9.182		15.930	Residencial
Angra	1.636		11.758	Comercial
Cota	10.308		4.055	Industrial
Proinfa	904		2.720	P.Público e Outros
Leilão (hídrico)	15.461		37	Consumo Próprio
Leilão (térmico)	6.988		930	Perda Transmissão
CCEE	(4.360)		4.688	Perda Distribuição

A AES Eletropaulo encerrou o ano de 2016 com um nível de contratação de energia equivalente a 110,87% da sua carga cativa. As sobras de energia (“superávit”) foram de 4.360 GWh. Esta sobra foi liquidada pela companhia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O resultado do mercado para o ano de 2016 e as iniciativas para redução da nossa sobrecontratação, como renegociação bilateral com geradores de energia e participação dos leilões do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits, resultaram no nível de contratação mencionado acima. Esse

¹O balanço energético reflete os números de 2016 informados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Os números demonstrados nas notas explicativas que constam nas Demonstrações Contábeis da Companhia refletem os valores por ela estimados à época do fechamento contábil e que são ajustados nos meses subsequentes, quando da disponibilização dos números finais pela CCEE.

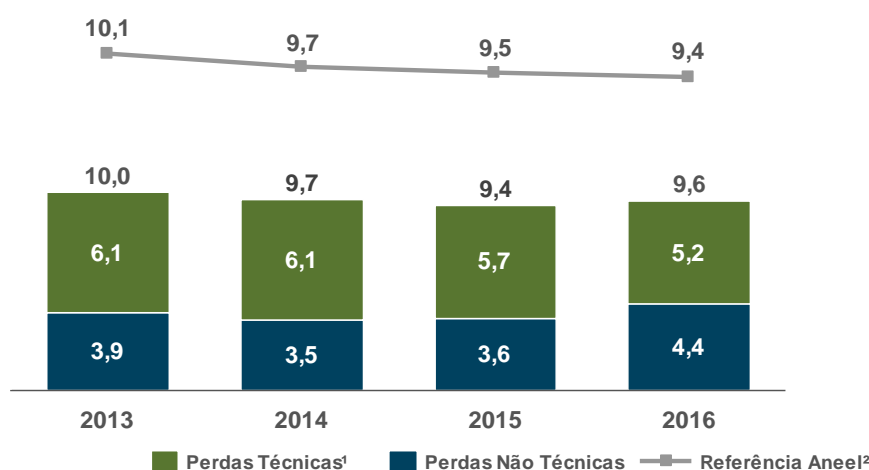
resultado foi impactado principalmente pela contratação de energia no leilão A-1 e pela migração dos clientes especiais.

Em relação ao primeiro fator, cabe ressaltar que, em dezembro de 2015, em cumprimento à regulação vigente, a Companhia declarou compulsoriamente, no leilão de reposição A-1, o mínimo obrigatório de 96% do volume da energia vinculado ao contrato bilateral com a AES Tietê, com a ressalva, em sua declaração, de que a mesma excedia a sua necessidade. No dia 03 de agosto, foi publicado o Decreto 8.828, alterando o Decreto 5.163 de 2004, que retira a trava de obrigação de declaração para os montantes de reposição. O novo decreto é aderente às argumentações da AES Eletropaulo em relação à obrigatoriedade imposta para o leilão A-1 de dezembro/2015.

Quanto ao segundo fator, que diz respeito à migração de clientes especiais do mercado cativo para o mercado livre, seguindo orientações dada em Reunião de Diretoria da Aneel, a Companhia apresentou pedido administrativo de equiparação à tratativa existente para os clientes convencionais, com consequente reconhecimento de sobrecontatação involuntária.

Baseando-se em parecer técnico de um escritório renomado de advocacia, a Companhia entende que a sobrecontratação, oriunda dos fatores acima mencionados, se enquadram como involuntária. Seus efeitos devem, portanto, ser repassados aos seus consumidores, reestabelecendo, assim, seu direito ao equilíbrio econômico-financeiro.

Perdas (%) - (últimos 12 meses)



1. Valores calculados pela Companhia para torná-los comparáveis ao referencial para perdas não técnicas sobre o mercado de baixa tensão determinado pela Aneel

2. Referência Aneel de perdas para o ano regulatório normalizada para o ano civil

As perdas totais apuradas foram de 9,63%, sendo divididas entre perdas técnicas (5,21%) e não técnicas (4,42%). Em comparação a 2015, as perdas totais apresentaram um aumento de 0,26 p.p.,

decorrente dos aumentos tarifários de 2015 e do cenário econômico que o país está enfrentando, apesar da Companhia manter todo o esforço possível visando combater o crescimento das perdas.

Dentre as principais ações promovidas para a redução de perdas, incluindo os esforços com a população de baixa renda, destacam-se:

- (i) inspeções de fraude;
- (ii) programa de recuperação de instalações cortadas;
- (iii) regularização de ligações informais; e
- (iv) redução de perdas administrativas.

Em 2016, as iniciativas de combate a perdas acrescentaram ao mercado faturado 673,6 GWh, ante 594 GWh em 2015. Este montante está dividido da seguinte forma:

- (i) R\$ 73,7 milhões (196,0 GWh) em 2016, sendo R\$ 20,9 milhões (58,6 GWh) no 4T16, em decorrência das inspeções de combate à fraude;
- (ii) R\$ 53,0 milhões (126,9 GWh) em 2016, sendo R\$ 11,1 milhões (27,9 GWh) no 4T16, com a regularização de ligações informais;
- (iii) R\$ 24,2 milhões (58,2 GWh) em 2016, sendo R\$ 5,9 milhões (14,8 GWh) no 4T16, com a recuperação de clientes cortados;
- (iv) R\$ 105,3 milhões (254,3 GWh) em 2016, sendo R\$ 31,4 milhões (78,8 GWh) no 4T16, com redução de perdas administrativas;
- (v) R\$ 19,7 milhões (38,2 GWh) em 2016, sendo R\$ 5,6 milhões (10,0 GWh) no 4T16, com o faturamento de energia retroativa de consumo irregular.

A área de concessão da Companhia conta com as mais diversas atividades econômicas, as industriais, comerciais e de prestação de serviços. Além disso, a sua área de concessão possui a maior concentração populacional do país.

Consumo

Em 2016, o mercado total na área de concessão da Companhia teve queda de 3,2% em comparação ao ano de 2015, com desempenho negativo, principalmente, da classe industrial que reduziu o consumo em 6,6% refletindo a queda da Produção Industrial do Estado de São Paulo que caiu 5,5% em 2016 em relação ao mesmo período de 2015, e redução de 3,8% da classe comercial devido à queda de 4,8% do volume de vendas do comércio no Estado de São Paulo em 2016, segundo dados do IBGE. A classe residencial, apesar da queda da renda real de 2,9% no acumulado do ano até novembro de 2016, teve decréscimo de apenas 0,6% no ano, reflexo da queda da renda real e emprego, tarifa mais alta até o meio do ano e dias de faturamento e principalmente, devido ao efeito das temperaturas muito baixas e altas no ano, que influenciam no consumo com maior uso de aquecedores e ar condicionado, respectivamente. Nesse período houve 0,9 dia a menos de

faturamento (89 GWh) e desligamentos de clientes (-60 GWh) e, se esses efeitos fossem excluídos, o mercado total cairia 2,9%. O desempenho do mercado total em 2016 reflete a piora no cenário econômico.

O mercado faturado dos clientes livres cresceu 3,8% em função da migração de clientes ao mercado livre. No período, 365 unidades consumidoras migraram para o ACL e 5 unidades retornaram para o ACR e o efeito líquido dessa movimentação foi um acréscimo de 674 GWh no ACL e, consequentemente, a redução do mesmo volume no ACR. Contudo, 8 unidades foram desligadas (-60 GWh) no período. Excluindo-se todos esses efeitos, o mercado livre teria redução de 3,6% em 2016 em relação a 2015, impactado pela piora da atividade econômica.

Desempenho Econômico Financeiro

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da Companhia totalizou R\$ 20.510,3 milhões em 2016, uma diminuição de 16,5% quando comparada a 2015. Essa diminuição é explicada, principalmente (i) pela redução de R\$ 3.243,9 milhões referente ao Ativo Financeiro Setorial Líquido principalmente em função da redução do encargo da CDE e da redução do custo com compra de energia, (ii) redução de R\$ 1.385,4 milhões do faturamento das bandeiras tarifárias, considerando a vigência da bandeira vermelha em grande parte de 2015 e bandeiras verde e amarela na maior parte de 2016 (mar/16 até dez/16), (iii) pelo menor impacto na venda de energia no curto prazo em R\$ 128 milhões em função da redução do PLD em 2016 quando comparado à 2015, parcialmente compensado pela (iv) maior receita de fornecimento (ex-bandeira tarifária) em R\$ 755,4 milhões devido ao aumento de tarifa média no ano (efeito médio a ser sentido pelo consumidor de 9,1% superior ao longo de 2016 vs. 2015).

Deduções da Receita e Receita Operacional Líquida

Em 2016, a dedução da receita operacional totalizou R\$ 8.850,4, redução de R\$ 2.047,5 milhões, 18,8% frente a 2015, em função, principalmente, da redução com encargo da Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias (CCRBT) em R\$ 1.385,4 milhões, refletindo as bandeiras verde e amarela no período, (ii) da redução de R\$ 494,3 milhões com encargos da CDE após reajuste negativo para o ano de 2016 e (iii) da diminuição do ICMS no período em R\$ 102,9 milhões, reflexo da menor geração de receita e migração de clientes para o mercado livre no período.

Conforme detalhado nas variações acima de receita operacional bruta e deduções da receita, a Companhia registrou uma receita operacional líquida de R\$ 11.659,9 milhões em 2016, 14,7% menor do que os R\$ 13.667,4 milhões registrados em 2015.

Receita Operacional - R\$ milhões	2015	2016	Var (%)
Receita de Fornecimento	12.110,5	11.000,8	-9,2%
Outras Receitas	10.346,1	10.644,7	2,9%
Ativo (Passivo) Setorial Líquido	2.108,7	-1.135,2	-153,8%
Total Receita Bruta	24.565,3	20.510,3	-16,5%
Dedução da Receita Bruta	-10.897,9	-8.850,4	-18,8%
Receita Líquida	13.667,4	11.659,9	-14,7%

Custos e Despesas Operacionais

Em 2016, as despesas operacionais apresentaram diminuição de 16,3%, totalizando R\$ 10.123,1 milhões. As principais variações estão detalhadas a seguir:

Custos e Despesas Operacionais* (R\$ milhões)	2015	2016	Var (%)
Parcela A	9.884,5	7.681,0	-22,3%
Energia Comprada para Revenda	8.760,9	6.737,9	-23,1%
Encargos Uso Rede Elétrica e Transmissão	1.123,5	943,2	-16,1%
PMSO	2.208,7	2.442,1	10,6%
Pessoal e Entidade de Previdência	1.008,4	1.139,2	13,0%
Pessoal	693,2	783,5	13,0%
Entidade de Previdência	315,3	355,7	12,8%
Materiais	42,0	77,1	83,5%
Serviços de Terceiros	524,3	567,1	8,2%
Outros	633,9	658,7	3,9%
Total	12.093,1	10.123,1	-16,3%

* Não considera custo de construção e Depreciação/Amortização

Parcela A

A despesa com compra de energia elétrica diminuiu em 23,1% em comparação a 2015, principalmente em função do menor custo com a energia de Itaipú em 37,1%, reflexo da diminuição da tarifa média de 36,5% (R\$ 200,93/MWh em 2016 versus R\$ 316,56/MWh em 2015) e da conclusão, em dezembro de 2015, do contrato bilateral com a AES Tietê Energia S.A.. No mesmo mês, a AES Eletropaulo participou do leilão A-1, recontratando parte da energia anteriormente adquirida da AES Tietê Energia S.A. por uma tarifa inferior..

As despesas com encargos do uso da rede elétrica e de transmissão apresentaram diminuição de 16,1% em 2016, principalmente em função da diminuição de 43,6% dos Encargos do Serviço do Sistema ("ESS") como consequência do menor despacho térmico e menor Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD"). Tal redução foi parcialmente compensada pelo não recebimento de recursos financeiros da Conta de Energia de Reserva ("CONER") determinado pela ANEEL em 2016 (ante R\$ 116,6 milhões em 2015).

Despesas Operacionais

As despesas operacionais, excluindo o fundo de pensão da Companhia, totalizaram R\$ 2.086,4 milhões, 10,2% maior em relação ao registrado em 2015 (R\$ 1.893,4 milhões). Excluindo também PCLD, multas, contingências e outros eventos não recorrentes, as despesas operacionais totalizariam R\$ 1.597,5 milhões, valor 20,2% superior ao registrado em 2015, principalmente em função do maior custo com pessoal, conforme será detalhado a seguir.

Pessoal

Em 2016, as despesas com pessoal e encargos totalizaram R\$ 783,5 milhões, um aumento de 13% ou R\$ 90,3 milhões em comparação ao mesmo período de 2015. Esse aumento se deve principalmente ao aumento de R\$ 46,5 milhões referente a despesas com pessoal relacionadas ao Plano de Recuperação dos Indicadores de Qualidade, aumento das despesas com reajuste de salários e benefícios em 2015 em função do acordo coletivo em R\$ 21,1 milhões, assim como maior custo com assistência médica em R\$ 9 milhões, um efeito do aumento da inflação médica de 19,8% no ano.

Em 2016, a despesa com entidade de previdência privada foi de R\$ 355,7 milhões, um aumento de 12,8% ou R\$ 40,4 milhões em comparação ao ano de 2015, decorrente, principalmente, da postergação do pagamento de principal na despesa com entidade de previdência privada entre abril de 2014 e abril de 2016. Neste período, a Companhia pagou apenas os juros relativos às despesas com fundo de pensão. Impactou também para o aumento a redução na taxa de desconto do passivo ao final do 1S16 para 6,05%, taxa menor do que a recalculada ao final de 2014 de 6,15%.

Pessoal - R\$ milhões	2015	2016	Var (%)
Pessoal e Encargos	693,2	783,5	13,0%
Entidade de Previdência Privada	315,3	355,7	12,8%
Total	1.008,4	1.139,2	13,0%

Materiais e Serviços de Terceiros

Em 2016, as despesas com materiais e serviços de terceiros totalizaram R\$ 644,2 milhões, um aumento de 13,8% ou R\$ 77,9 milhões em comparação a 2015. Essa variação se dá, principalmente, pelo aumento de R\$ 53,8 milhões relacionados ao Plano de Recuperação dos Indicadores de Qualidade, pelo plano de ações de corte e cobrança visando minimizar o aumento da inadimplência em R\$ 31,1 milhões, parcialmente compensado pela reversão de materiais em estoque relacionado a projetos cancelados ou reescalonados em R\$ 17,7 milhões.

Outras Despesas Operacionais

Em 2016, o grupo de outras despesas operacionais totalizou R\$ 658,7 milhões, um aumento de 3,9% ou R\$ 24,8 milhões em comparação a 2015. Essa variação ocorreu em função, principalmente, da

maior despesa com PLCD em R\$ 112,0 milhões associadas ao aumento do “ticket médio” (R\$ 120 em 2016 vs. R\$ 96 em 2015) e do número de clientes inadimplentes em 2016 (254 mil em 2016 vs. 216 mil em 2015), do aumento de R\$ 48,1 milhões com multas do DIC/FIC/DMIC/DICRI que refletiram a piora dos indicadores de qualidade, parcialmente compensado pela redução de custos com contingência em R\$ 67,4 milhões em função da mudança de contabilização de contingências trabalhistas e do provisionamento, em 2015, referente aos autos de infração a serem estabelecidas pelo órgão regulador em relação as inconsistências na apuração dos indicadores DEC e FEC de janeiro de 2011 a maio de 2015.

Outras Despesas Operacionais - R\$ milhões	2015	2016	Var (%)
PCLD	197,0	309,0	56,8%
Provisão de Litígio e Contingências	92,2	24,8	-73,1%
Demais despesas*	344,7	324,8	-5,8%
Total	633,9	658,7	3,9%

* Multas, arrendamentos e aluguéis, indenizações, perdas e danos, publicidade, tarifas bancárias, IPTU, baixa de ativos, etc

EBITDA

Em 2016, o EBITDA Reportado foi de R\$ 734,3 milhões, ante um resultado de R\$ 963,6 milhões em 2015. A variação de R\$ 229,3 milhões ocorreu em função principalmente do (i) efeito negativo da retração de mercado mesmo com o aumento no componente de Parcela B na tarifa nos últimos eventos tarifários, (ii) do aumento de 267,9 do PMSO gerenciável, já incluindo a parcela voltada para o Plano de Recuperação dos Indicadores de Qualidade, (iii) aumento de PCLD em R\$ 112,0 milhões refletindo maior ticket médio e base de clientes inadimplentes e (iv) aumento de R\$ 48,1 milhões com multas do DIC/FIC/DMIC/DICRI, reflexo do maior nível dos indicadores de qualidade. Estes efeitos negativos foram parcialmente compensados pela (v) redução dos custos não recorrentes relacionados às inconsistências dos indicadores de qualidade nos quais: R\$ 38 milhões é referente ao DIC/FIC, R\$ 34,4 milhões aos Autos de Infração e R\$ 60,5 milhões do Fator Xq.

Conforme IN CVM 527/2012, a divulgação do cálculo do EBITDA deve ser acompanhada da conciliação dos valores constantes das demonstrações contábeis e deve ser obtido da seguinte forma: lucro líquido em 2016 de R\$ 20,9 milhões e lucro líquido em 2015 de R\$ 101,1 milhões, acrescidos dos tributos sobre o lucro (positivo em R\$ 5,5 milhões em 2016 e negativo em R\$ 57,8 milhões em 2015), do resultado financeiro líquido negativo de R\$ 228,5 milhões em 2016 e de R\$ 313,9 milhões em 2015, e das depreciações e amortizações (R\$ 490,4 milhões em 2016 e R\$ 490,7 milhões em 2015) totalizando, conforme acima, R\$ 734,3 milhões em 2016 e R\$ 963,6 milhões em 2015.

Demonstração dos Resultados - R\$ milhões	2015	2016	Var (%)
Receita Bruta	24.565,3	20.510,3	-16,5%
Dedução à Receita Operacional	-10.897,9	-8.850,4	-18,8%
Receita Líquida	13.667,4	11.659,9	-14,7%
<i>Receita Líquida (ex-receita de construção)</i>	13.056,7	10.857,4	-16,8%
Custos e Despesas Operacionais	-13.194,5	-11.416,0	-13,5%
Parcela A	-9.884,5	-7.681,0	-22,3%
Despesas Operacionais	-3.310,1	-3.735,0	12,8%
EBITDA	963,6	734,3	-23,8%
Desp. Passivo - FCESP	315,3	355,7	12,8%
EBITDA Ajustado	1.278,8	1.090,0	-14,8%
Resultado Financeiro	-313,9	-228,5	-27,2%
Resultado antes da Tributação	159,0	15,4	-90,3%
Imposto de Renda e Contribuição Social	-57,8	5,5	-109,5%
Lucro (Prejuízo) Líquido	101,1	20,9	-79,3%

Resultado Financeiro

Em 2016, o resultado financeiro líquido foi uma despesa financeira de R\$ 228,5 milhões, ante uma despesa financeira de R\$ 313,9 milhões em 2015. Essa variação positiva é explicada, principalmente, pela tendência de queda do dólar americano ao longo do ano, resultando no ganho de R\$ 155,7 milhões, referente a diferença do dólar utilizado na provisão da energia de Itaipu. Esse efeito positivo foi parcialmente compensado pelo aumento do encargo de dívidas em R\$ 55,3 milhões em função do maior CDI verificado no período (13,36% em 2015 vs. 14,06% em 2016).

Resultado Líquido

Em 2016, a Companhia registrou um lucro líquido reportado de R\$ 20,9 milhões, ante um lucro líquido de R\$ 101,1 milhões em 2015, uma variação de R\$ 80,2 milhões principalmente em função do aumento com despesas operacionais voltadas ao plano de recuperação com indicadores que ocorreu ao longo do ano de 2016 e maiores despesas com Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PCLD"), refletindo o cenário macroeconômico e as revisões tarifárias de 2015.

Remuneração aos Acionistas

A Administração da AES Eletropaulo propõe a distribuição de 25% da base para pagamento de dividendos do ano de 2016, totalizando R\$ 22,5 milhões. A Administração propõe ainda que do valor remanescente de R\$ 67,5 milhões, R\$ 65,9 milhões seja destinado ao aumento de capital social da Companhia e R\$ 1,6 milhão seja destinado à Reserva Estatutária.

As destinações mencionadas acima serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral Ordinária ("AGO") que está prevista para ocorrer até 28 de abril de 2017. Dessa forma, a proposta de

distribuição de proventos da Companhia corresponde a R\$ 0,12597593504 por ação ON e R\$ 0,13857352854 por ação PN a serem pagos em data a ser deliberada em AGO.

Remuneração aos Acionistas (R\$ milhões)	
Resultado do Exercício - 31 de dezembro de 2016	20,9
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	73,5
Dividendos e JSCP prescritos	0,3
Constituição de Reserva Legal (5%)	-4,7
Base para distribuição de dividendos	89,9
Dividendos - mínimo obrigatório	22,5
Aumento de Capital Social	65,9
Reserva Estatutária	1,6

Endividamento

Para fins de análise deste relatório, e de acordo com os critérios utilizados para o cálculo dos *covenants* da Companhia, consideramos o saldo devedor com o fundo de pensão de R\$ 1.309,3 milhões (excluindo o efeito do corredor contábil no montante de R\$ 2.468,0 milhões).

Em 31 de dezembro de 2016, as disponibilidades da Companhia somavam R\$ 1.067,6 milhões, valor R\$ 536,5 milhões superior ao mesmo período de 2015.

Dessa forma, a dívida líquida da Companhia totalizou R\$ 3.513,1 milhões, uma redução de 20,9% em relação ao 4T15. Essa redução deve-se principalmente ao:

- (i) Aumento de R\$ 536,5 milhões nas disponibilidades de caixa;
- (ii) Amortização da 9ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 75,0 milhões em agosto de 2016;
- (iii) Amortização da 11ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 100,0 milhões em novembro de 2016;
- (iv) Amortização de 15ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 250,0 milhões, 2016;
- (v) Amortização da 16ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 174,9 milhões em 2016
- (vi) Parcialmente compensados devido a:
 - (i) Emissão da CCB com Banco ABC, no valor de R\$ 70,0 milhões em janeiro de 2016;
 - (ii) Liberação da FINEP no valor de R\$ 25,9 milhões de janeiro de 2016; e,
 - (iii) Liberações FINEM, no valor de R\$ 178,0 milhões em 2016.
- (vii) Aumento do saldo de leasing em R\$ 33,5 milhões.

Em 31 de dezembro de 2015, a dívida da AES Eletropaulo atrelada ao CDI, de R\$ 3.343,0 milhões, tinha um custo médio de CDI + 1,80 % a.a. e passou para R\$ 2.810,7 milhões, a um custo médio de CDI + 1,92 % a.a. em 31 de dezembro de 2016 em função, principalmente, das novas emissões e pagamentos de dívidas ocorridas no período, conforme descritas acima.

O saldo da dívida atrelada aos demais índices (principalmente IGPD + 5,5% a.a.) em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 1.588,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2016, este saldo passou a totalizar R\$ 1.692,5 milhões, ao custo médio de IGPD + 5,6% a.a.

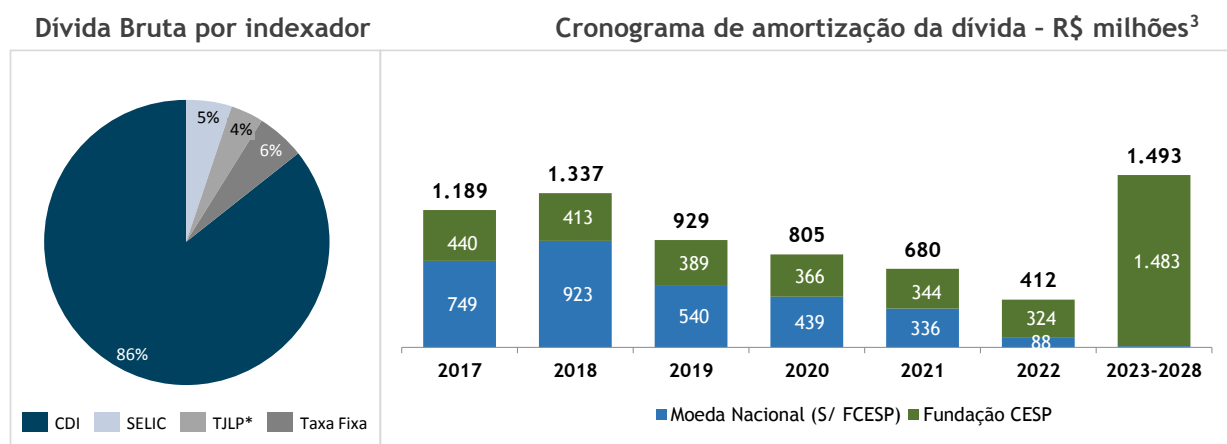
O prazo médio da dívida em 31 de dezembro de 2015 era de 4,63 anos patamar superior ao prazo de 4,54 anos de 31 de dezembro de 2016 explicado pelas amortizações de dívidas ocorridas neste período.

Considerando o EBITDA previsto nos *covenants*² dos últimos 12 meses findos em 31 de dezembro de 2016, a AES Eletropaulo apresentou indicadores Dívida Líquida/EBITDA Ajustado de 3,22x, e EBITDA Ajustado/Despesa Financeira de 2,16x.

Os covenants da dívida são:

- (i) Dívida Líquida/ebitda Ajustado não pode ser superior a 3,5x e
- (ii) EBITDA Ajustado/Despesa Financeira não pode ser inferior a 1,75x.

Abaixo, o cronograma de amortização da Companhia:

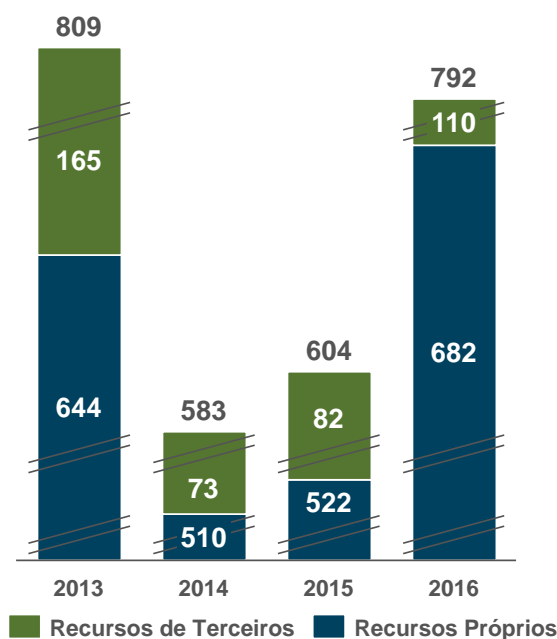


²O EBITDA ajustado corresponde ao somatório dos últimos doze meses do resultado operacional conforme demonstrativo contábil consolidado na linha "Resultado Operacional" (excluindo as receitas e despesas financeiras), todos os montantes de depreciação e amortização, todos os montantes relativos com entidade de Previdência Privada classificado na conta de "custo de operação". Adicionalmente, os ajustes dos ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado), conforme as regras regulatórias determinadas pela Aneel, desde que não tenham sido incluídos no resultado operacional acima.

³ Fluxo composto por amortização de principal, juros acruados e saldo de diferidos, conforme "Nota Explicativa 17" das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Investimentos

Investimentos em R\$ milhões



Em 2016, o volume de investimentos da Companhia atingiu R\$ 791,5 milhões, sendo que R\$ 681,5 milhões foram realizados com recursos próprios e R\$ 110 milhões foram financiados pelos clientes.

Inicialmente, a Companhia planejava investir R\$ 794,0 milhões, sendo R\$ 717,0 milhões com recursos próprios e R\$ 77,0 milhões financiados pelo cliente.

A variação de R\$ 2,4 milhões entre o investimento realizado e o projetado para o ano de 2016 tem como justificativas (i) a variação negativa, na ordem de R\$ 35,5 milhões, da conta de investimentos com Recursos Próprios, resultante de uma repriorização de projetos de Expansão, dada a retração do mercado, e (ii) a variação positiva, na ordem de R\$ 33,0 milhões, dos projetos financiados pelos clientes, devido a projetos de ramal de alimentação e doação/incorporação de redes não-previstas.

Investimentos - R\$ milhões	2015	2016	Var (%)
Serviço ao consumidor e expansão do sistema	262,3	320,5	22,2%
Confiabilidade operacional	136,3	244,1	79,1%
Recuperação de perdas	8,7	8,1	-6,6%
Tecnologia da Informação	66,7	33,9	-49,2%
Outros	48,0	74,9	55,8%
Total com Recursos Próprios	522,1	681,5	30,5%
Financiado pelo cliente	81,9	110,0	34,3%
Total	604,1	791,5	31,0%

Principais Investimentos em 2016

Serviços ao Cliente e Expansão do Sistema

Visa atendimento do crescimento do mercado e a redução do risco de interrupção no fornecimento de energia elétrica em condições regulares e em situações de emergência.

Foram investidos R\$ 169,0 milhões na adição de 242,5 mil novos clientes, na religação de 722,5 mil clientes e na regularização de 45,6 mil clientes clandestinos. E R\$ 151,5 milhões na qualidade do fornecimento, com destaque para a conclusão da ETD Cambuci, e 57 recondutoramentos de circuitos de distribuição.

Confiabilidade Operacional

Objetiva reduzir as ocorrências na rede elétrica, aumentando a continuidade do fornecimento, evitando acidentes com a população e modernizando a rede de distribuição.

Foram investidos R\$ 244,6 milhões em projetos de confiabilidade operacional.

Recuperação de Perdas

Objetiva a diminuição das ligações ilegais, recuperação de receita e diminuição do risco para os clientes regulares da Companhia.

Foram investidos R\$ 8,1 milhões em recuperação de perdas, para um total de 33,5 mil regularizações por meio de inspeções de fraude e anomalias.

Tecnologia da Informação

Visa melhorias no conjunto de atividades e soluções providas por recursos de computação buscando melhor produção, armazenamento, transmissão, acesso, segurança e uso das informações.

Em 2016 foram investidos R\$ 33,9 milhões em projetos de TI na modernização e automação dos sistemas de distribuição e operação da Companhia.

Outros

Foram investidos R\$ 74,2 milhões em outros projetos referentes a, principalmente, manutenções prediais, segurança eletrônica e aquisição de novos veículos.

Financiado pelo Cliente

Os investimentos financiados pelos clientes totalizaram R\$ 110 milhões referentes à, principalmente, conversão e remoção de redes e alteamento de linhas de alta tensão, entre outros.

Investimento Remunerável

O investimento remunerável, também denominado de Base de Remuneração, é constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço - AIS e Almojarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigação Especial). Sobre o valor líquido da base de remuneração foi calculada a remuneração, e sobre o valor bruto a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela “B” da Receita Requerida - RR da Concessionária, homologada pela Resolução Homologatória No 2102 ANEEL de 28/06/2016.

A tabela a seguir apresenta os valores da Base de Remuneração aprovada pela Aneel para o 4º ciclo de Revisão Tarifária Periódica, e a sua respectiva atualização do reajuste de julho 2016.

Componentes do Investimento Remunerável	Revisão jul/11	Reajuste jul/12	Reajuste jul/13	Reajuste jul/14	Revisão (*) jul/15	Reajuste jul/16
a) Ativo Imobilizado em Serviço Bruto	16.189.530.212	17.021.672.065	18.096.420.439	19.225.818.039	21.183.138.713	23.769.012.101
b1) (-) Depreciação Acumulada	10.347.767.123	10.879.642.353	11.566.582.971	12.288.453.414	13.391.278.940	15.025.982.480
b2) (-) Depreciação Acumulada %	63,9%	63,9%	63,9%	63,9%	63,2%	63,2%
c1) (-) Obrigação Vinculada ao SPEE Bruta	1.370.413.429	1.440.852.680	1.531.828.118	1.627.429.511	2.315.613.770	2.598.285.951
c2) (-) Obrigação Vinculada ao SPEE Líquida	1.196.630.700	1.258.137.518	1.337.576.321	1.421.054.459	1.767.608.511	1.983.384.457
d) Bens 100% depreciados	3.364.292.879	3.537.217.533	3.760.557.448	3.995.253.838	6.147.896.400	6.898.383.941
e) Terrenos e Servidões	313.831.955	329.962.917	350.796.776	372.690.002	456.376.870	512.087.821
f) = Ativo Imobilizado em Serviço Bruto Depreciável	11.140.991.949	11.713.638.936	12.453.238.098	13.230.444.688	12.263.251.673	13.760.254.388
g) (+) Almojarifado	31.500.064	33.119.167	35.210.312	37.407.787	56.691.527	63.611.989
h) = Investimento Remunerável (Base Remuneração)	4.676.632.453	4.917.011.361	5.227.471.459	5.553.717.952	6.080.942.789	6.823.257.153
i) (+) Investimento previsto no Xe	0	0	0	0	0	0
j) Variação do IGPM (RH Aneel/ Reajuste Tarifário n°)	1,0000	1,0514	1,0631	1,0624	1,0000	1,0000
k) cota de Depreciação - Taxa média Anual %	3,82%	3,82%	3,82%	3,82%	3,75%	3,75%
*) 4º ciclo de RTP - Julho 2015 Valores segundo REH 2102 ANEEL de 28/06/2016		a) Valor deduzido dos valores de Bens Administrativos, Veículos, Moveis e Utensílios e índice de aproveitamento				

Plano de Investimento - 2017 até 2021

A Companhia prevê investir R\$ 3,97 bilhões no período de 2017 até 2021, principalmente na expansão da rede de atendimento e novos clientes, na preservação dos ativos para garantir a distribuição de energia e melhorar os indicadores de qualidades.

Investimentos - R\$ milhões*	2017E	2018E	2019E	2020E	2021E	Total 2017-2021
Recursos Próprios	841,3	649,2	680,0	671,1	700,5	3.542,1
Financiado pelo Cliente	100,7	82,9	79,5	80,9	84,2	428,2
Total	942,0	732,1	759,5	752,0	784,7	3.970,3

*Valores nominais

Pesquisa e desenvolvimento (“P&D”)

Em 2016, a AES Eletropaulo investiu R\$ 8,3 milhões em Pesquisa e Desenvolvimento, dentro da sua estratégia de inovação, com foco na melhoria de processos técnicos e operacionais, na segurança de colaboradores e terceirizados, além da promoção de iniciativas sustentáveis para as comunidades. Em 2015, a AES Eletropaulo investiu R\$ 18,4 milhões.

Os principais projetos de 2016 estão se tornando programas permanentes, como o de “Rede Inteligente”, considerado a maior iniciativa de *Smart Grid* do Brasil no desenvolvimento e implementação de soluções de monitoramento, medição, supervisão, comunicação e inteligência na rede elétrica, integrando e levando os sistemas da Companhia a um novo patamar tecnológico.

Outro destaque nesse ano foi o pedido de patente no INPI (“Instituto Nacional da Propriedade Industrial”) de um produto desenvolvido no projeto “Conexão Temporária”, que dispensa construções provisórias usadas comumente nas reformas de linhas de transmissão. Otimizando o custo e o tempo destas atividades.

O projeto “Localização de perda de óleo” aprimorou seu software e equipamentos, que foram acondicionados em uma “maleta”, portátil para uma pessoa, e permite de maneira rápida e com obra civil mínima, a localização de microvazamentos de óleo nos cabos de transmissão de energia subterrânea. Essa tecnologia traz enorme benefício para o meio ambiente e diminui drasticamente os transtornos gerados pela ocupação de faixa de ruas e avenidas.

Foram também realizados projetos de soluções técnicas de redes de distribuição, otimização de atividades e processos, novos conceitos, metodologias, equipamentos e de energia renovável solar fotovoltaica.

Programa de Eficiência Energética

O Programa de Eficiência Energética da AES Eletropaulo busca reduzir o desperdício de energia elétrica por meio da regularização de ligações informais em comunidades de baixa renda, eficiência de máquinas e equipamentos em clientes residenciais, comerciais e industriais e em melhorias na gestão de energia por parte de clientes públicos e corporativos, além de projetos educacionais com foco no consumo consciente de energia. Em 2016, foram investidos R\$ 36,8 milhões com recursos do programa da ANEEL, dos quais R\$ 26,5 milhões no projeto Transformação de Consumidores em Clientes, que tem como objetivo a regularização de ligações informais por meio do fornecimento seguro e confiável de energia.

Nos demais projetos do programa de eficiência energética, foram investidos R\$ 10,3 milhões que contemplaram órgãos públicos e privados e projetos originados através de Chamada Pública. Além de projetos no âmbito social como o Recicle Mais Pague Menos e o AES nas Escolas.

GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Segurança

Segurança é o valor número 1 do Grupo AES Brasil.

O Programa de Segurança da companhia está focado no fortalecimento de uma cultura de segurança, é realizado com base nas diretrizes globais da AES Corp, dos requisitos do Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional, certificado conforme a norma internacional OHSAS 18.001, e na Política de Sustentabilidade da AES Brasil.

A gestão dos indicadores de segurança da Companhia está alinhada à norma OSHA, definida pela agência norte-americana de saúde e segurança do trabalho. Dessa forma, é garantido alinhamento às diretrizes da AES Corp. e comparação entre a outras empresas do grupo. No Relatório de Sustentabilidade da Companhia são apresentados também os indicadores de saúde e segurança de acordo com a NBR 14.280 da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

No último ano, registramos uma taxa de acidentes com afastamento de nossos colaboradores próprios de 0,356 e contratados de 0,170, ambos acima do limite estabelecido para o período (0,14). A taxa de acidentes sem afastamento, por sua vez, foi de 0,684 para colaboradores próprios e de 0,815 para contratados, dentro do limite de 0,81. Em 2016, registramos uma fatalidade com um trabalhador contratado (não registrável sob o critério OSHA), decorrente de um acidente de trânsito.

Segurança com a População

Para conscientizar os clientes e evitar acidentes com a rede elétrica, são realizados investimentos em campanhas educativas nos principais veículos de comunicação e palestras em comunidades locais, escolas, associações e empresas. As blitze de segurança também contribuem para a conscientização da população. Elas são realizadas com uma van personalizada que simula as consequências do contato indevido com os fios da rede elétrica, por meio de um choque fictício. No último ano, 18 mil pessoas foram impactadas com essa ação.

Apesar dos investimentos da AES Eletropaulo nessas iniciativas, foram registradas 20 fatalidades com a população. A meta da Companhia é não ter acidentes fatais na área de concessão. O número total de acidentes, incluídos os classificados como graves e leves, permaneceu estável em relação ao ano. A atuação da AES Eletropaulo em educação e conscientização das comunidades serão intensificadas em 2017. As inserções das campanhas em veículos de comunicação, como spots em rádio e filmes na televisão, aumentarão quase 150% em relação a 2016. Também serão realizados anúncios em pontos de ônibus localizados próximos às comunidades de baixa renda.

Gestão Ambiental

Na gestão das operações, a AES Eletropaulo se compromete a minimizar os impactos ambientais e ampliar os benefícios para a sociedade dos investimentos realizados para a preservação ambiental. Para isso, a Companhia atua conforme as diretrizes do Sistema de Gestão Ambiental, certificado de acordo com a norma ISO 14001. Em 2016, os gastos e investimentos ambientais totalizaram R\$ 76,5 milhões.

O Sistema também trata de temas que envolvem gestão de fornecedores de serviços e materiais, levando em consideração questões relacionadas ao atendimento da legislação ambiental e das políticas da Companhia, além de prevenção de impactos e acidentes. Todas essas ações são direcionadas pela Política de Sustentabilidade da AES Brasil, que promove uma atuação em consonância com a legislação ambiental vigente e com foco na preservação de recursos naturais.

Colaboradores

O reconhecimento como um dos melhores lugares para se trabalhar é um dos objetivos traçados pelo Planejamento Estratégico Sustentável da AES Brasil. O foco da Companhia é garantir que os colaboradores se sintam motivados e valorizados no ambiente de trabalho, assumindo o protagonismo para realizar suas atividades com excelência e satisfação, o que resulta em ganhos de eficiência, produtividade e qualidade. Em 2016, a AES Eletropaulo entrou pela primeira vez no ranking das 150 Melhores Empresas para se trabalhar, elaborado pela revista Você S/A.

Esse resultado é consequência das políticas e práticas para apoiar o desenvolvimento e o crescimento profissional de nossos colaboradores. No último ano, por exemplo, foram investidos R\$ 4 milhões em treinamentos e programas de capacitação, abrangendo tanto aspectos técnicos e de segurança para o aprimoramento das operações quanto temas para reforçar a cultura corporativa e o desenvolvimento das lideranças.

Comunidades

Em 2016, foi lançado o Instituto AES, que consolida a atuação social voluntária das empresas do grupo AES Brasil visando dar maior capilaridade e impacto aos projetos já existentes, e criar novas possibilidades de impacto social. Três pilares de atuação foram definidos: (i) formação do cidadão, (ii) inovação para o desenvolvimento social e (iii) empreendedorismo consciente.

A missão do Instituto está alinhada à estratégia de negócios, à inovação e ao crescimento da AES Brasil, e os projetos serão desenvolvidos em rede, incluindo os beneficiários, as comunidades e os parceiros. Com isso, os recursos próprios e incentivados investidos em projetos sociais serão alocados com mais assertividade em relação ao potencial de impacto socioambiental. A nova organização contribuirá diretamente para gerar valor compartilhado entre os públicos de

relacionamento da AES Brasil, por meio do fortalecimento de laços com as comunidades e clientes, da redução de riscos reputacionais e do mapeamento de oportunidades de soluções inclusivas de energia.

Os investimentos da AES Eletropaulo em projetos realizados junto à comunidade somaram em 2016 R\$ 72,7 milhões, dos quais R\$ 34,7 milhão com recursos próprios e R\$ 38,0 milhões com recursos incentivados divididos nas frentes de educação, cultura, esporte e saúde; acesso a energia e eficiência energética; capacitação profissional inclusiva; e influência social. A partir de 2017, a atuação social voluntária da AES Eletropaulo e respectivos investimentos passam a ser geridos pelo Instituto AES.

Mais informações sobre o tema podem ser encontradas no Relatório de Sustentabilidade da Companhia.

RECONHECIMENTOS

- **Índice de Sustentabilidade Empresarial (“ISE”) - BM&FBovespa:** a AES Eletropaulo integra em 2017, por mais um ano, a carteira do índice que reúne as empresas com práticas mais sustentáveis da Bolsa. A AES Eletropaulo faz parte do índice desde 2005, quando foi criado;
- **Guia EXAME de Sustentabilidade:** a AES Brasil foi eleita a empresa mais sustentável do ano no setor de energia pelo A publicação destacou a ética no relacionamento com os clientes e os resultados obtidos com o programa Transformação de Consumidores em Clientes da AES Eletropaulo.
- **Eleita entre as 150 Melhores Empresas Para se Trabalhar** de acordo com o Guia Você S/A, um dos melhores reconhecimentos de práticas de Recursos Humanos no mercado.
- **Prêmio ALTA 2016 (América Latina Telecom Award)**, conferido pela UTC América Latina, pelo sucesso do Projeto On Site Billing na AES Eletropaulo, que permite aos clientes receberem a fatura impressa pelo próprio leiturista no momento da leitura.
- **Prêmio Smart 2016:** A companhia recebeu dois Troféus de Ouro, nas categorias Inovação em Relacionamento e Tecnologia para Relacionamento.
- **Prêmio ECO - AMCHAM:** A iniciativa Economia circular: Revitalização e reuso de materiais da rede elétrica foi premiada na categoria Sustentabilidade em Produtos ou Serviços.

Além dos reconhecimentos individuais, a AES Eletropaulo contribuiu significativamente para importantes reconhecimentos para o Grupo AES Brasil:

- **Troféu Destaque Corporate Engagement** durante a Open Innovation Week, prêmio que nos reconheceu como uma das dez empresas mais engajadas com a inovação;

- 2ª empresa mais inovadora entre as empresas de energia do Brasil, de acordo com o anuário **Valor Inovação Brasil**, do Valor Econômico;
- O Guia Época Negócios 360º elegeu a AES Brasil como campeã na categoria **Práticas de Recursos Humanos**;
- **Destaque do Guia Exame de Sustentabilidade 2016.**

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A AES Eletropaulo integra o Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBovespa desde 2004 e foi a sétima Companhia a se comprometer com o seu regulamento. Seguindo as regras do Nível 2, a Companhia disponibiliza suas demonstrações contábeis em inglês e concede tag along de 100% para os acionistas detentores de ações ordinárias (“ON”) e ações preferenciais (“PN”). Além disso, as ações preferenciais possuem direito a voto em algumas matérias, é prevista adesão à Câmara de Arbitragem do Mercado para resolução de conflitos societários e a obrigatoriedade de possuir pelo menos 20% de membros independentes no seu Conselho de Administração.

Desde 2005 a Companhia integra a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (“ISE”), que reúne as empresas que apresentam os melhores desempenhos sob o aspecto da sustentabilidade.

Reorganização Societária

Em 17 de novembro de 2016, a AES Holdings Brasil S.A. (“AES Holdings Brasil”) e a BNDES Participações S.A. - BNDESPAR (“BNDESPAR”) celebraram um acordo de reorganização (“Reorganização”) o qual previa os termos e condições de uma proposta de reorganização societária envolvendo a Companhia, a AES Elpa S.A. (“AES Elpa”) e a Brasileira Participações S.A. (“Brasileira Participações”). A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL aprovou a Reorganização em 13 de dezembro de 2016 e em 23 de dezembro de 2016, foram realizadas as assembleias gerais das Companhias nas quais foram aprovadas todas as etapas da Reorganização pelos acionistas das Companhias.

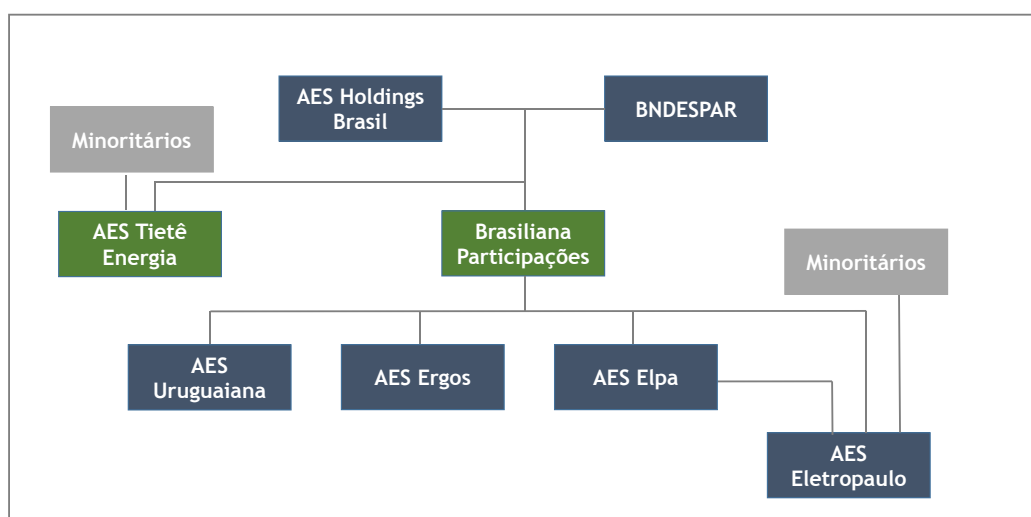
A Reorganização se deu por meio das seguintes etapas: (i) cisão parcial da AES Elpa, com a incorporação do acervo cindido pela Companhia, composto principalmente pela participação direta detida pela AES Elpa na Companhia, com a atribuição aos acionistas da AES Elpa das ações de emissão da Companhia então detidas pela AES Elpa, de forma que todos os acionistas da AES Elpa, que não exerceram seu direito de recesso, mantenham suas participações e recebam ações da Companhia na proporção das ações detidas (“Cisão Parcial da AES Elpa”); (ii) cisão parcial da Brasileira Participações, com versão do acervo cindido para uma nova sociedade denominada Nova Brasileira Participações S.A., sendo composto principalmente pela participação direta detida pela Brasileira Participações na Companhia (já considerando os efeitos da Cisão Parcial da AES Elpa),

(“Cisão Parcial da Brasileira Participações”); (iii) incorporação da Nova Brasileira Participações S.A. pela Companhia, já considerando os efeitos da Cisão Parcial da Brasileira Participações, com a constituição, na Companhia, de reserva especial de ágio (“Incorporação da Nova Brasileira Participações”); e (iv) rescisão do acordo de acionistas da Brasileira Participações celebrado em 31 de dezembro de 2015, concomitante à celebração, entre BNDESPAR e AES Holdings Brasil, de acordo de acionistas da Companhia e de novo acordo de acionistas Brasileira Participações, a fim de refletir a nova estrutura societária resultante da Reorganização.

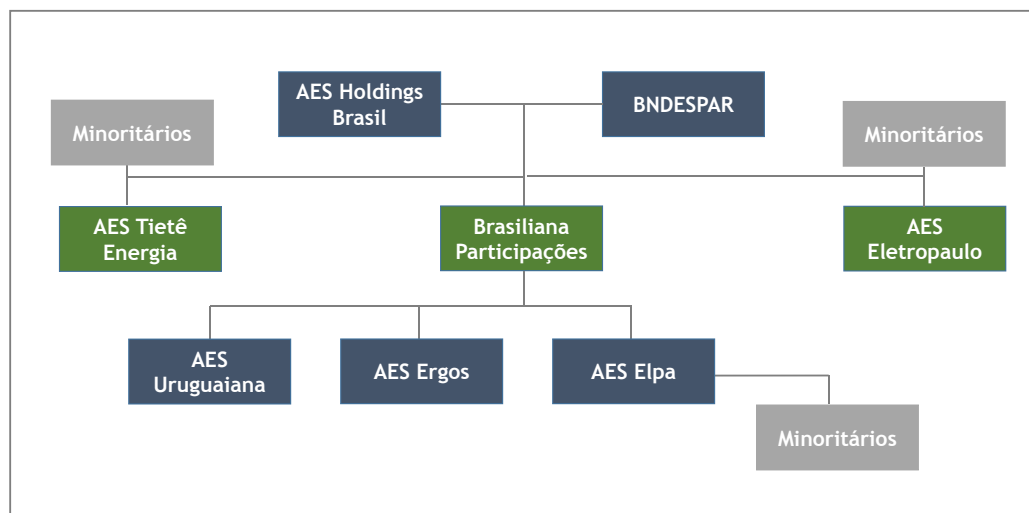
A Reorganização foi precedida de uma proposta de conversão voluntária de 10.823.521 ações ordinárias de emissão da Companhia em 10.823.521 ações preferenciais - na proporção de 1 ação ordinária para 1 ação preferencial -, com os mesmos direitos das atuais ações preferenciais de emissão da Companhia. Adicionalmente, a AES Brasil adquiriu da BNDESPAR ações de emissão da Nova Brasileira Participações S.A. equivalentes a aproximadamente 0,57% do capital social da Companhia.

A seguir, resumo da estrutura societária antes e após a conclusão da Reorganização societária descrita acima.

Estrutura antes da Reorganização Societária



Estrutura após a Reorganização Societária



Estrutura Societária

Em dezembro de 2016, o capital social da AES Eletropaulo era de R\$ 1.257,6 milhões, representado por 55.781.296 ações ordinárias (33,3% do total) e 111.562.591 ações preferenciais (66,7% do total), com um free float total de 82.886.279 ações (49,5% do total). Ao final do exercício, a Companhia contava com aproximadamente 62 mil acionistas.

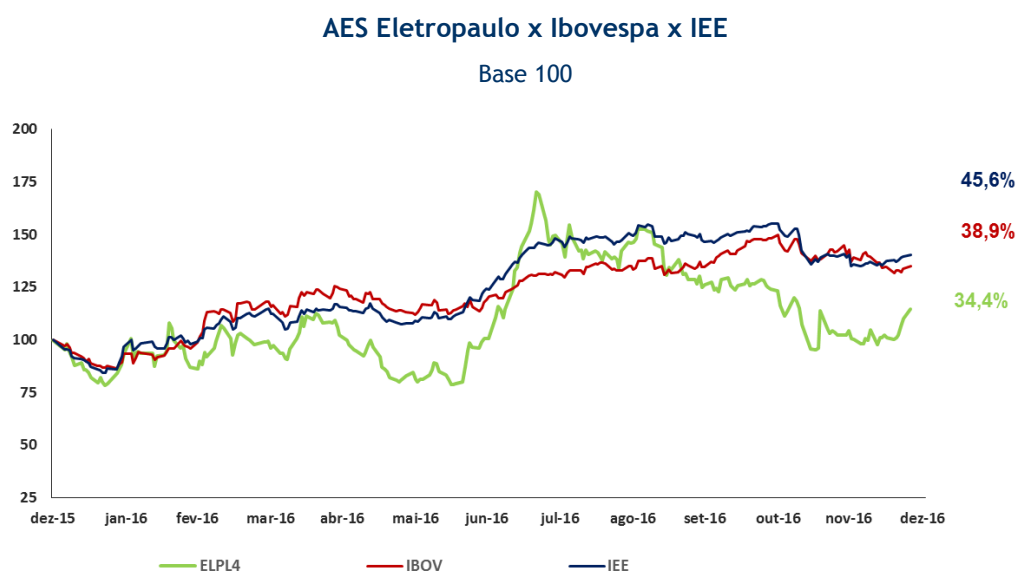
A tabela a seguir apresenta estrutura societária atualizada da Companhia, considerando Reorganização Societária acima descrita e aplicação do direito de recesso previsto para os acionistas de sua antiga controladora, a AES Elpa.

Acionista	ON	%	PN	%	Total	%
AES Holdings Brasil	28.179.237	50,52%	0	0,00%	28.179.237	16,84%
União Federal	13.342.384	23,92%	258	0,00%	13.342.642	7,97%
BNDESPar	12.586.216	22,56%	18.764.113	16,82%	31.350.329	18,73%
GWl	0	0,00%	11.585.400	10,38%	11.585.400	6,92%
Outros	1.673.459	3,00%	81.212.820	72,80%	82.886.279	49,53%
Total	55.781.296	100,00%	111.562.591	100,00%	167.343.887	100,00%

MERCADO DE CAPITAIS

As ações preferenciais da Companhia integram, atualmente (i) o Índice de Ações com Tag Along Diferenciado (Itag); (ii) o Índice de Energia Elétrica (IEE); (iii) o Índice Brasil 100 (IBrX); e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa.

Em 2016, as ações da AES Eletropaulo tiveram uma valorização de 34,4% quando comparada aos últimos 12 meses, enquanto o IEE valorizou 45,6% e o Ibovespa 38,9%. O volume médio diário negociado neste mesmo período foi de 988 mil ações.



AUDITORIA INDEPENDENTE

Ao longo do exercício de 2016, a AES Eletropaulo utilizou os serviços de auditoria independente da Ernst & Young Auditores Independentes S.S ("EY"). Em 2016, os serviços prestados pela EY foram (i) auditoria das demonstrações contábeis e revisão especial das Informações Trimestrais ("ITRs") preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; (ii) auditoria para fins de consolidação pela controladora indireta The AES Corporation, sediada nos Estados Unidos da América; (iii) auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias ("DCR"), elaboradas de acordo com as normas regulatórias emitidas pela Aneel; (iv) realização de procedimentos previamente acordados do Relatório de Controle Patrimonial ("RCP") em atendimento do inciso II, artigo 4º da Resolução Normativa ANEEL 367; (v) realização de procedimentos previamente acordados afim de atender às disposições dos Despachos nº512 de 10 de fevereiro de 2011 e nº1.976 de 24 de julho de 2013, da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira, da Aneel, referente ao Manual dos Programas e Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética.

O valor total dos serviços acima descritos totaliza R\$ 2.668.329,74 (dois milhões, seiscentos e sessenta e oito reais, trezentos e vinte e nove reais e setenta e quatro centavos). Os serviços (i) a (iv), acima, possuem prazo de contratação de um ano, tendo sido contratados em 01/04/2016; já os serviços descritos no item (v) possuem prazo de contratação de 36 meses, tendo sido contratados em 16/05/2016 .

Ao longo do exercício de 2016, a AES Eletropaulo não utilizou os serviços da Ernst & Young Auditores Independentes S.S ("EY") para a realização de outros trabalhos de auditoria e consultoria.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

Barueri, 16 de fevereiro de 2017.